



## **Estado da nação**

### **O Combate a pobreza: Um designio nacional**

*Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República sobre a Situação Geral da Nação.  
Maputo, 18 de Dezembro de 2006*

Sua Excelência Senhor Presidente da Assembleia da República,  
Excelentíssima Senhora Primeira Ministra,  
Venerando Presidente do Tribunal Supremo,  
Venerando Presidente do Tribunal Administrativo,  
Venerando Presidente do Conselho Constitucional,  
Digníssimo Procurador-Geral da República,  
Senhores Membros do Conselho de Ministros,  
Senhores Deputados da Assembleia da República,  
Senhores Vice Ministros,  
Senhores Dirigentes e Membros de Partidos Políticos,  
Senhores Dirigentes de Organizações da Sociedade Civil,  
Ilustres Membros do Corpo Diplomático,  
Distintos Convidados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É com elevada honra que nos dirigimos a esta Magna Assembleia, para, em obediência aos preceitos constitucionais, apresentar, através de vós, Senhores Deputados, o Estado Geral da Nação ao maravilhoso Povo Moçambicano, unido do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo. Gostaríamos, antes de mais, de reconhecer e enaltecer o simbolismo de que se reveste esta Casa do nosso Povo:

- v na consolidação da cultura de paz;
- v no aprofundamento da cultura e das práticas da democracia multipartidária; bem como na promoção dos valores da moçambicanidade e da consciência de um destino comum dos moçambicanos.

Distintos Deputados,  
Diferentes parcelas do nosso belo Moçambique têm sido assoladas por temporais e chuvas intensas. Estas calamidades naturais estão a saldar-se em perdas de vidas humanas, destruição de bens e propriedades e a ter um impacto negativo na prossecução das actividades sociais e económicas. Reiteramos os nossos pêsames pela perda de vidas humanas e a nossa solidariedade para com as vítimas destas calamidades. Saudamos, por outro lado, a forma como os nossos compatriotas, têm estado a reconstruir as suas vidas com recurso às suas parcas posses. Saudamos igualmente o calor, o apoio e a assistência que tem chegado de instituições públicas e privadas bem como de cidadãos singulares para complementar os esforços dos nossos concidadãos vítimas dessas calamidades.

Ilustres Deputados,

Ao longo do ano que termina celebrámos acontecimentos importantes da nossa História e destacaremos dois pela sua importância especial. Neste trigésimo primeiro aniversário da nossa Independência Nacional, celebrámos os 73 anos do seu proclamador e os vinte do assassinato bárbaro e covarde, nas colinas de Mbuzini, desse ícone da nossa libertação e irreticente defensor da nossa soberania. Com efeito, do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo a vida e a obra do Presidente Samora Moisés Machel foram recordadas e exaltadas. A reafirmar a sua estatura internacionalista, estas celebrações também tiveram lugar fora de Moçambique com a participação de moçambicanos e estrangeiros, homens e mulheres de todas as idades. A Mbuzini convergimos de diferentes partes de Moçambique e do mundo para recordar Samora e todos os outros mártires daquele crime hediondo do Apartheid.

A 31 de Outubro do ano em curso, concretizámos uma das grandes conquistas do Povo Moçambicano, isto é, a assinatura, com Portugal, do Protocolo Respeitante à Reversão e Transferência do Controlo sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa para Moçambique. A interpretação popular desta reversão foi que este acto representou a remoção do último reduto da presença da dominação estrangeira e foi celebrado como a nossa segunda independência. Indo ao encontro desta interpretação, anunciámos na ocasião “Moçambicanas, Moçambicanos. A HCB já é nossa”.

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa, sob gestão moçambicana, vai impulsionar o desenvolvimento económico e social de Moçambique e da Região.

Distintos Deputados,

O ambiente político e social no nosso Moçambique é deveras favorável para que continuemos a lograr sucessos na luta que travamos contra a pobreza.

A paz e a estabilidade continuam a caracterizar esta Pérola do Índico e nós continuamos a ser um exemplo para o mundo, na sua consolidação. Conscientes do quanto custou a sua conquista e do seu papel na luta contra a pobreza, temos advogado que a única alternativa à paz é a própria paz.

Este compromisso com a preservação e consolidação da paz também explica o nosso compromisso com a democracia multipartidária. É neste ambiente que estamos a lutar contra a pobreza. Será neste ambiente que venceremos este flagelo. No dia-a-dia, fortalecemos a Unidade Nacional e cultivamos a auto-estima.

Neste processo, cristalizámos a certeza de que a nossa força e coesão residem:

- v nos objectivos e agenda comuns;
- v na diversidade da nossa cultura;
- v na expressão e riqueza das línguas que falamos;
- v nos valores que nos distinguem;
- v nas crenças que professamos;
- v na música e dança que nos são peculiares; e
- v na rica e diversificada gastronomia que nos é singular.

O Segundo Festival Nacional que, na maior Baía de África, em Pemba, reuniu as nossas belas e ricas canções e músicas tradicionais, demonstrou que a criação artística e o intercâmbio cultural são pilares fundamentais no processo de consolidação da Unidade Nacional e da moçambicanidade.

A auto-estima passa, em primeiro lugar, por nos valorizarmos a nós próprios como indivíduos e acreditarmos que não podemos ser outra pessoa que não seja, a nossa própria pessoa. Em segundo lugar, a auto-estima passa por valorizarmos e por nos orgulharmos por aquilo que é nosso. Em terceiro lugar, a auto-estima impele-nos a celebrar as vitórias dos nossos compatriotas, em todas as esferas, como nossas próprias vitórias. Foi neste quadro que saudamos este ano:

- v Os Campeões do Mundo do Grupo B de Hóquei em Patins;
- v As Vice-Campeãs Africanas em Basquetebol Júnior;
- v A Menina de Ouro Lurdes Mutola; e
- v O jovem campeão Kurt Couto, entre outros.

Ilustres Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Na nossa Governação definimos a Presidência Aberta e Inclusiva, que se replica a nível local, como um método de trabalho profícuo, dinâmico e relevante na prossecução da nossa Agenda de Luta contra a Pobreza. Este método de trabalho permite a auscultação directa do sentimento popular sobre os assuntos de interesse nacional e fazer um acompanhamento do desenvolvimento nacional.

A Presidência Aberta e Inclusiva permite-nos, igualmente, estabelecer uma interacção com o nosso Povo e dele obter críticas, aconselhamentos e ensinamentos e com ele encontrar soluções para os diferentes desafios que a luta contra a pobreza nos impõe.

Nesses contactos com o nosso Povo, nos distritos, ficou bem vincado que:

- v as dificuldades porque passam os distritos de Metarica e de Lago, no Niassa, têm a mesma dimensão que aquelas porque passam Chigubo e Massagena, em Gaza.

- v Os caprichos da natureza que têm impacto negativo na segurança alimentar nos distritos de Tambara e Machaze, em Manica, ocorrem de forma semelhante e com efeitos idênticos nos distritos de Mabote e

Funhalouro em Inhambane, e Moatize e Changara, em Tete.

v Os constrangimentos decorrentes da insuficiência de infra-estruturas no Posto Administrativo de Mulima, em Sofala, têm semelhanças com aqueles que afligem o Posto Administrativo de Cóbue no Niassa, Nhakapiriri e Nkanta em Tete, bem como Motaze e Macandza na Província do Maputo.

v Os pedidos de melhoria de serviços que se fazem na Zona Verde e na Inhaca, na Cidade de Maputo são idênticos ao de Meti, em Nampula, Mawayela, em Inhambane e Mecaune, na Zambézia.

v As expectativas que a construção da ponte sobre o Rio Lugela está a criar nos distritos de Mocuba e Lugela, na Zambézia, são idênticas às que está a criar

a reconstrução da ponte sobre o Rio Meluli, que ligará os distritos de Moma e de Angoche, em Nampula, e a de Guijá que ligará os distritos de Chokwé e Guijá.

v A alegria que despertou a melhoria na disponibilidade de água, em quantidade e em qualidade na cidade de Inhambane foi idêntica à que assistimos nas cidades de Pemba, Tete e Quelimane quando os sistemas locais entraram em funcionamento.

v A entrada em funcionamento da fábrica de processamento de castanha de cajú, em Chiúre, Cabo Delgado está a criar novas fontes de rendimento para as populações locais, como está a criar a fábrica de processamento de tabaco em Tete.

Estas constatações permitem-nos compreender que a pobreza manifesta-se, particularmente, através da carência, indisponibilidade, inacessibilidade ou insuficiência de serviços ou de infra-estruturas.

Neste sentido:

v nenhuma parcela do nosso Moçambique se pode considerar livre de uma ou de todas estas manifestações da pobreza;

v nenhum cidadão se pode considerar imune aos efeitos destas manifestações sobre si, seu familiar, amigo ou vizinho.

Ao mesmo tempo, estas constatações também nos ajudam a compreender as razões fundamentais porque a luta contra a pobreza é a agenda de todos os moçambicanos, no campo e na cidade, em todo o solo pátrio. Permitem-nos ainda, confirmar o quanto a pobreza está a recuar, graças ao esforço dos moçambicanos e daqueles que querem o bem deste maravilhoso povo.

Ilustres Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O distrito continua a ser o ponto de partida e de chegada das nossas acções de luta contra a pobreza. A descentralização e desconcentração de competências até ao distrito e a nomeação de Secretários Permanentes Distritais têm como objectivo principal impulsionar o

Distrito para que possa ir de encontro às nossas expectativas, desempenhando em pleno as suas responsabilidades.

No mesmo âmbito, especial atenção é dada às instituições de participação e consulta comunitárias a nível do Distrito, particularmente aos Conselhos Consultivos Distritais.

A décima nona Sessão do Conselho de Ministros, alargada aos Governadores e Directores Provinciais, Reitores da Universidades, Editores dos órgãos de comunicação social entre outros quadros, contou com a participação dos administradores e de alguns directores distritais. Esta sessão teve como tema "Trabalho e Comida" e constituiu um momento ímpar de coesão em torno do desiderato colectivo dos moçambicanos, o de querer ver a pobreza transformada em assunto do passado, a partir do distrito. Este encontro sublinhou que a atitude de mão estendida não se coaduna com a rica e heróica história do Povo Moçambicano, nem tem justificação sustentável perante a abundância de recursos, como terra e água, e acima de tudo, mulheres e homens dedicados e empreendedores.

A juventude moçambicana está também comprometida com o projecto de transformar o distrito no nosso pólo de desenvolvimento. O processo de desconcentração e descentralização está a levar mais quadros para os distritos aumentando, deste modo, a capacidade desta unidade territorial de se desenvolver.

Durante as visitas que realizámos pelo nosso Moçambique, no quadro da Presidência Aberta e Inclusiva, dialogámos com os jovens que permanecem nos seus distritos e localidades, levando a cabo actividades de auto-sustento e apelando para que mais oportunidades de emprego sejam localmente criadas. Por outro lado, o movimento lançado em finais do ano passado, pelo Conselho Nacional da Juventude demonstrou que há, da parte dos estudantes do ensino superior, interesse e entusiasmo em abraçar este desafio.

Várias são as respostas a dar para um maior aproveitamento dos recursos humanos locais e para a atracção de outros quadros para os distritos. Os recursos postos à disposição dos Conselhos Consultivos Distritais para o desenvolvimento local, são um exemplo. O outro exemplo é dado pelo programa de apoio a iniciativas geradoras de renda e auto-emprego para jovens. Este programa é continuado e reforçado com acções de formação e capacitação dos jovens para permitir que o programa produza os resultados desejados.

As actividades dos centros regionais de ciência e tecnologia e as de extensão das nossas instituições de ensino superior, públicas e privadas, que subiram de 23 em 2005, para 25 este ano, estão a ter um grande impacto nos distritos, particularmente no aproveitamento dos recursos localmente disponíveis.

Notamos com muita satisfação que a população tem estado a

diversificar a exploração intensiva dos recursos locais para melhorar as suas condições de vida. Durante as visitas que efectuamos aos diferentes pontos deste nosso Moçambique pudemos constatar alguns exemplos de uso de material local, com especial destaque para a construção de estradas com uso da pedra.

No que diz respeito ao sistema financeiro, os dados disponíveis indicam que o nível da sua expansão no nosso País é, Digníssimos Deputados, ainda baixo, quer quando relacionado com as nossas próprias necessidades a nível do distrito, como quando comparado com os países vizinhos. Esta situação decorre do facto de termos uma rede reduzida de balcões, concentrada apenas nas principais cidades deste nosso Moçambique, nomeadamente Maputo, Beira e Nampula. No entanto, temos estado a registar recentemente sinais de resposta positiva dos bancos comerciais ao apelo do Governo, havendo já pedidos de abertura de balcões em distritos onde ainda não há bancos. O Governo está a preparar, com o Banco de Moçambique, um conjunto de incentivos que vão, certamente, encorajar os bancos comerciais a expandir a sua actividade para as zonas rurais.

Estamos convencidos que o esforço desencadeado pelo Banco de Moçambique com a abertura de uma agência em Quelimane, assim como da agência que vai ser aberta esta semana na Maxixe, e de outras três em 2007, irá permitir a redução dos custos com o transporte e o manuseamento de notas e moedas do Metical. Finalmente, a implementação do SISTAFE tem vindo a possibilitar também a expansão dos serviços bancários para as zonas rurais, através do pagamento dos salários aos funcionários do Estado um pouco por todo o país, com recurso às novas tecnologias de provimento de serviços bancários.

Congratulamo-nos com o facto de contarmos hoje com mais de 55 instituições de micro-finanças distribuídas pela Cidade e Província de Maputo, Gaza, Manica, Nampula, Tete e Cabo Delgado. Continuamos a estimular a implantação de mais instituições financeiras nas zonas rurais. Paralelamente temos estado a promover hábitos de poupança no nosso Povo.

Ilustres Deputados

Na luta contra a pobreza todos os sectores e segmentos da nossa sociedade têm uma contribuição a dar. Por isso mesmo temos sublinhado que a pobreza tem fragilidades e é vencível: importa que cada um de nós faça a sua parte.

A Educação e Formação continuam a merecer destaque nesta luta contra a pobreza. É neste prisma que deve ser encarada:

v a expansão da rede escolar, sublinhada, em particular, pela entrada em funcionamento dos Institutos Superiores Politécnicos de Tete,

Manica e Gaza, das delegações de Lichinga e de Xai-Xai da Universidade Pedagógica e pela criação da Universidade Pública do Lúrio, com sede em Nampula;

v a priorização do ensino técnico-profissional e o lançamento do Programa Integrado da Reforma do Ensino Profissional;

v a melhoria da qualidade de ensino e das condições de vida dos professores, através do programa de Construção Acelerada de Infra-estruturas Escolares e Residências para Professores;

v a formação e capacitação dos professores;

v a produção e distribuição do livro escolar; e

v a introdução do ensino à distância.

O Ensino Técnico e Politécnico é aposta do Governo. Queremos que mais moçambicanos se qualifiquem com capacidades acrescidas, habilidades, práticas e produzam para si e para a sociedade a riqueza e o bem-estar. O Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional, lançado este ano, dá expressão à nossa vontade de orientar a formação dos moçambicanos para as necessidades do mercado e das comunidades.

A alfabetização via rádio, através do programa "Família Sem Analfabetismo" permite que mais moçambicanos tenham acesso a oportunidades de formação.

Os programas de geração de rendimentos e de protecção social virados para a criança, para a pessoa portadora de deficiência ou idosa e para a mulher desfavorecida e em situação de pobreza, têm uma virtude que importa sublinhar: incutem a auto-valorização destes grupos e contribuem para promover a sua participação na luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento do nosso Moçambique.

Na área da saúde, para além das acções de formação de quadros, de reabilitação e expansão das infra-estruturas sanitárias e seu apetrechamento, temos estado a dar

particular atenção à Malária, Tuberculose, HIV/SIDA e à Lepra. Em relação à Malária, estamos a realizar acções de pulverização intra-domiciliária e a distribuir, gratuitamente, redes mosquiteiras nas unidades sanitárias. Iniciámos, igualmente, o tratamento intermitente da Malária a mulheres grávidas.

Temos também estado a expandir o tratamento da tuberculose através da estratégia Tratamento de Observação Directa, bem como a busca activa de casos de tuberculose na comunidade, tendo em consideração a sua grande relação com o HIV/SIDA.

Em relação à Lepra, está em curso a implementação de estratégias visando a aceleração da sua eliminação. Estas estratégias têm como principais pilares a mobilização social e a melhoria do diagnóstico e seguimento dos pacientes. Como consequência da sua implementação até ao nível das aldeias das províncias mais endémicas,

nomeadamente, Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Zambézia, Manica e Sofala, a taxa de prevalência está a baixar significativamente.

Distintos Deputados,

O HIV/SIDA está a ceifar vidas em Moçambique. Cresce o número de cidadãos afectados e infectados por esta doença. Há um ano atrás, quando nos dirigimos aos Ilustres Deputados, estavam em tratamento anti-retroviral um pouco mais de 19.000 doentes com SIDA. Hoje encontram-se em tratamento mais de 40.000 doentes. Este aumento deveu-se à expansão das unidades sanitárias onde fazemos o tratamento,

que passaram de 20, em 2005, para 120, em 2006, bem como a capacitação do pessoal de saúde a vários níveis para o efeito.

O HIV/SIDA está a tornar-se num dos maiores obstáculos ao nosso desenvolvimento.

O que torna o cenário mais dramático é que dos mais de um milhão e meio de moçambicanos infectados, muitos não sabem que são portadores do vírus do HIV. Em razão disso, as cerca de quinhentas novas infecções diárias que se registam na nossa Pátria Amada reflectem, em parte, o desconhecimento existente em relação ao estado serológico individual.

No quadro da Presidência Aberta e Inclusiva lançámos a Iniciativa Presidencial de Combate ao HIV/SIDA que foi replicada nas províncias e distritos. Durante estas jornadas, auscultámos mulheres, jovens, empresários, líderes comunitários, religiosos, bem como outros intervenientes no processo de desenvolvimento de Moçambique.

Nestes encontros:

v foram identificadas fraquezas na área da prevenção, fragilidades na mitigação e constrangimentos no combate a esta pandemia;

v Foi também lamentado o facto de estar a crescer o número de compatriotas nossos que procuram, só muito tardiamente, os serviços de saúde e frequentemente nas últimas fases da doença;

v Colocou-se ainda em evidência o aumento de mortes de adultos e jovens e a subida do número de famílias lideradas por jovens e crianças.

Concluímos ainda:

v Que se regista um grau de maior sucesso onde a implementação da política e estratégia para a sua prevenção, combate e mitigação desta pandemia é liderada pelo dirigente máximo da instituição e quando este logra envolver todos os seus colaboradores e trabalhadores nesse programa;

v Que o estigma, que é estranho à nossa cultura, e o medo de ser discriminado pode desencorajar os nossos compatriotas a fazerem o teste ou a furtarem-se do tratamento que estamos a disponibilizar em

mais distritos do nosso Moçambique.

v Que precisamos de resgatar os nossos valores culturais e o nosso sentido de humanismo e solidariedade para fazer face a esta pandemia.

Distintos Deputados,

O nosso país tem uma localização geográfica privilegiada e uma longa costa

salpicada de ilhas paradisíacas. No seu interior, encontramos uma rica diversidade de fauna e flora, distribuídas por este belo Moçambique.

Estas condições naturais juntam-se à nossa hospitalidade e à nossa apetitosa culinária e levam-nos a apostar no turismo como um dos principais sectores económicos, com potencial para:

v Difundir o bom nome de Moçambique;

v Gerar emprego; e

v Contribuir com receitas para o erário público.

A simplificação do acesso aos fundos de apoio a micro-empresas, com a criação de uma linha de crédito descentralizada às províncias, tem estado a contribuir

para que mais moçambicanos se dediquem nesta área. Por outro lado, as áreas de conservação estão a consolidar-se e a assumir o seu papel:

v na atracção e dinamização do turismo;

v na arrecadação de receitas para o Estado; e

v na geração de rendimentos para as comunidades locais.

Acções complementares de incentivo estão a ser adoptadas, de modo a acelerar a conclusão dos projectos, tendo em atenção as oportunidades que o Campeonato Mundial FIFA 2010, a realizar-se na vizinha África do Sul, trará para esta Pérola do Indico.

Ilustres Deputados,

O combate contra a fome e subnutrição, e as acções tendentes à redução da nossa vulnerabilidade face às calamidades naturais, enquadram-se na luta que travamos contra a pobreza. Intervenções estruturais de grande vulto, como sejam por exemplo a construção de barragens, responderão de forma adequada, com maior produtividade e sustentabilidade responder a estes desafios.

Enquanto essas intervenções não se concretizam, estão a ser levadas a cabo acções para melhorar a segurança alimentar e reduzir a vulnerabilidade do país face às calamidades naturais.

A reabilitação e a construção de sistemas de irrigação e a melhoria no aproveitamento das zonas baixas permite a intensificação e diversificação da produção agrícola. A produção de sementes, com o envolvimento dos sectores familiar e comercial e a sua disponibilização

vão contribuir para aumentar a produtividade. Para além disso, a reabilitação das estradas e pontes, que continua a ser levada a cabo, vai permitir uma maior circulação dessa produção e contribuir para a redução dos défices alimentares dentro do distrito e da província. As vias de acesso dinamizam e facilitam a ligação entre o campo e a cidade, estabelecendo uma natural interdependência entre o produtor e o consumidor e promovendo maior consumo da nossa própria produção. O tomate de Angónia chega agora mais rapidamente a Tete com a reabilitação da estrada Tete-Calomue.

De igual modo, a batata do Niassa, irá abastecer Montepuez, em Cabo Delgado através da estrada Lichinga-Marrupa-Montepuez, via Ruace, em reabilitação.

Há outras actividades que estão também a concorrer para acelerar o crescimento económico e a contribuir para a melhoria da segurança alimentar. Estamos a desenvolver acções com vista a disponibilizar pequenas unidades de agro-processamento. Estas unidades estão a garantir a conservação pós-colheita, como a conferir um valor acrescentado aos produtos. Para além das iniciativas directas do Estado de disponibilização dessas unidades que vão melhorar os rendimentos das famílias, há acções em curso para a mobilização do empresariado para implantar indústrias de transformação em regiões como Muxúngue, onde se regista uma significativa produção do ananás, e Inhambane, onde se regista uma elevada produção de citrinos, só para citar alguns exemplos.

A geração de rendimentos a nível das nossas comunidades contribui também para a segurança alimentar. Neste âmbito, incrementa-se a produção e a comercialização de culturas como o algodão, o tabaco e a castanha de cajú. O lançamento da campanha de cultivo da *Jatropha* insere-se nesta estratégia. Trata-se de uma cultura de simples tratamento, que não requer grandes investimentos no seu cultivo e processamento e que pode ser associada a outras culturas. O seu óleo substitui o petróleo de iluminação pelo que, incentivada no meio familiar, pode ter um impacto positivo na economia doméstica.

A produção pecuária, que se mantém em franca recuperação, continua a merecer a nossa atenção, através da adopção de novas técnicas e tecnologias de prevenção e controle das principais doenças. A melhoria da qualidade dos animais e dos seus derivados constitui o nosso principal desafio.

As águas pluviais estão a ser melhor aproveitadas em muitas mais parcelas do nosso belo Moçambique, com o recurso a métodos de recolha e conservação mais eficientes. As suas aplicações incluem o uso doméstico, o regadio e o abeberamento de gado. A campanha de plantio de árvores nas escolas tem em vista fins nutricionais das

nossas crianças.

De igual modo, esta campanha tem em vista, a médio e longo prazos, a educação ambiental dos nossos compatriotas, induzindo-se-lhes mais amor pelas árvores e plantas.

As queimadas descontroladas provocam perdas de vidas humanas, danificam o ecossistema, destroem habitações e celeiros, provocando a insegurança alimentar e penúria em zonas onde a população tinha alcançado bons níveis de produção. O envolvimento e responsabilização das comunidades locais, das autoridades comunitárias e dos professores nesta campanha, contribuirá para o surgimento de uma geração com uma atitude de estima e de valorização das árvores e plantas, por isso, contrária às queimadas descontroladas.

Nos diferentes pontos do nosso país tem se registado o fenómeno da erosão. O plantio de árvores também contribui para o seu combate. A implementação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia da Intervenção nos Assentamentos Informais e precários também têm em vista a melhoria da gestão dos solos.

No contexto da redução da nossa vulnerabilidade às calamidades naturais, o Fórum Regional para a Previsão Climática, do qual somos membros, fornece-nos informação antecipada sobre o comportamento do tempo e do clima. Este instrumento tem-nos permitido a formulação de planos de contingência anuais para reduzir a nossa vulnerabilidade face às calamidades naturais.

O conflito homem-animal continua a merecer a nossa especial atenção. Temos acompanhado, com preocupação, e lamentamos as perdas de vida dos nossos concidadãos bem como a destruição de casas, machambas e celeiros causados pelos animais selvagens. Para a mitigação deste mal estão a ser desenvolvidas acções de protecção das populações e seus bens. A identificação e demarcação dos corredores usados pelos animais e a abertura do Instituto Médio de Eco Turismo de Marrupa inserem-se nos esforços de melhoria do maneio da Fauna Bravia no nosso País.

Digníssimos Deputados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A reabilitação, expansão e criação de novas infra-estruturas têm um papel de revelo

na dinamização da actividade económica e social na nossa Pátria Amada. Elas são vitais para a viabilização das acções de desenvolvimento, permitindo a elevação da eficiência dos processos produtivos e conseqüente redução de custos e expansão de mercados. As estradas nacionais e secundárias e as pontes visam também

facilitar a circulação de pessoas e bens. A maior mobilidade dos cidadãos propicia-lhes um melhor conhecimento do seu País, da riqueza da sua diversidade cultural e linguística e promove a consolidação da Unidade Nacional.

O Programa de Electrificação Rural em curso é um instrumento de orientação para a priorização da cobertura das zonas com potencial para actividades económicas, em especial a produção agrícola. A Hidroeléctrica de Cahora Bassa é decisiva na prossecução deste programa de electrificação rural. Este programa visa a criação das condições técnicas para que mais sedes distritais, postos administrativos e localidades possam estar ligadas à Rede Nacional e com energia disponível durante as 24 horas do dia.

A interligação das províncias de Niassa e de Cabo Delgado à Rede Nacional de Transporte de Energia eléctrica, enquadra-se nas acções de expansão da energia de Cahora Bassa e na redução dos custos de produção de energia com base nas centrais a diesel.

A expansão dos serviços de telefonia fixa e móvel e o aumento da capacidade de transmissão em banda larga, com recurso à tecnologia digital, cria oportunidades para que mais cantos do nosso Moçambique se possam comunicar entre si e com o resto do mundo e para que mais sectores da economia nacional e os operadores e provedores de serviços de telecomunicações possam interagir entre si e explorar melhor as vantagens da globalização. Estes desenvolvimentos abrem possibilidades para o aumento da cobertura e da teledensidade telefónica, com a participação dos sectores público e privado.

Os Sistemas de Comunicação Via Satélite montados nos aeroportos de Maputo e Beira, segundo os parâmetros estabelecidos na região da SADC, contribuem para a melhoria do serviço de ordenamento e controlo do tráfego de aeronaves no espaço aéreo nacional. Como resultado das medidas tomadas aponta-se o aumento do tráfego aéreo impulsionado com a abertura de novos pontos de entrada no País, maior aderência do sector privado, motivado pela simplificação de procedimentos de licenciamento, entrada de aeronaves e incremento da actividade turística no País.

Ilustres Deputados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Reconhecemos que temos obstáculos que ainda dificultam e até tentam frustrar a nossa marcha contra a pobreza que se pretende cada vez mais acelerada. Neste âmbito, enquadram-se as acções que estão a ser levadas a cabo contra o burocratismo, o espírito de deixar andar, a corrupção e o crime.

Em Julho de 2006, foi criada a Autoridade Nacional da Função Pública, órgão do Estado especializado no âmbito da gestão estratégica e

fiscalização da Administração e da Função Públicas. A Fase Dois da Reforma do Sector Público também tem o seu enfoque no funcionário e no seu desempenho bem como na sua mudança de atitude em relação ao trabalho e ao público.

As melhorias que se registam na implementação do Estatuto do Combatente da Luta de Libertação Nacional, bem como a assiduidade e pontualidade no pagamento dos salários dos professores e outros funcionários públicos, testemunham os resultados no combate aos obstáculos ao nosso desenvolvimento.

A reforma legal e judicial ocupa um espaço de grande relevo na remoção dos obstáculos ao nosso desenvolvimento e é de incidência vital na consolidação da Paz, Democracia e Segurança dos cidadãos. Nesta perspectiva, o processo de auscultação pública da “Visão da Justiça” é uma oportunidade para todo o Povo participar na busca de soluções que visam assegurar maior coordenação entre as diferentes instituições da Administração da Justiça.

A Visão da Justiça tem como principal objectivo a consolidação de um sistema judicial que assegure:

- v A defesa da ordem jurídica e observância da lei;
- v A garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos;
- v A administração célere da justiça; e
- v A garantia da segurança e ordem pública.

Temos estado empenhados na melhoria do ambiente de negócios no nosso Moçambique. Neste quadro, o Governo aprovou dispositivos legais, dentre eles o novo Código Comercial, o Código da Propriedade Industrial e o novo Regime Jurídico das Entidades Legais que estipula o registo de empresas a ser feito num prazo máximo de dois dias.

A expansão dos balcões de atendimento único para todas as províncias do nosso Moçambique faz parte deste combate que travamos contra os obstáculos ao nosso desenvolvimento.

Com vista a:

- v melhorar a qualidade da nossa produção;
- v estimular a procura interna e externa dos produtos nacionais;
- v criar grandes oportunidades às empresas; e
- v alargar as economias de escala, possibilitar a especialização, para além de melhorar a eficiência, lançamos a campanha “Made in Mozambique”.

Com esta campanha, estamos a valorizar os produtos nacionais, resgatar a nossa auto-estima e o nosso orgulho nacional. Estamos igualmente a valorizar a criatividade e a estimular a capacidade inovadora e a competitividade das empresas nacionais. O aumento do número de registos e uma maior consciência sobre a sua importância por parte dos moçambicanos é um exemplo elucidativo. O novo

regulamento de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços ao Estado descentraliza este processo até ao nível da base, permitindo assim a participação de empresas a esse nível. Este novo dispositivo, conjugado com a descentralização de competências para os níveis locais, vai permitir o crescimento e a afirmação do tecido empresarial a nível local e conferir-lhe maior protagonismo no desenvolvimento dos distritos. De igual modo, a lei sobre associações agro-pecuárias veio facilitar e simplificar o registo de associações desta natureza, dentro do próprio distrito.

Munidos destes documentos oficiais, estas associações podem interagir com outras instituições públicas e privadas e contribuir, mais decisivamente para a transformação do distrito no pólo de desenvolvimento que almejamos.

Outro obstáculo ao nosso desenvolvimento que tem sido objecto da nossa atenção é o crime. O linchamento de cidadãos é sintoma dos constrangimentos que ainda se registam na segurança pública e no sistema de administração da justiça. Todavia, a justiça pelas próprias mãos deve ser desencorajada por todos nós. O nosso governo tem estado a desenvolver acções de combate ao crime e de melhoria da qualidade da justiça.

A título elucidativo, estão a ser aprimorados os métodos e critérios de selecção dos candidatos a membros da Polícia, assegurando-se maior envolvimento das comunidades dos locais de residência dos candidatos. No mesmo quadro, a formação a vários níveis e a melhoria das condições de trabalho da PRM estão a contribuir para uma maior eficiência da nossa Polícia.

Para além disso, o Policiamento Comunitário, como uma estratégia e modelo organizacional, tem estado a fortalecer a relação entre a Polícia e a Comunidade e a contribuir para a melhoria das acções de combate ao crime.

Digníssimos Deputados

As parcerias internas que temos vindo a forjar com diferentes actores, têm como propósito principal assegurar que todas as sinergias concorram para a implementação da nossa Agenda Nacional de Luta contra a Pobreza. É desta forma que se consolida a consulta e a concertação social entre o Governo, os Empregadores e os Sindicatos, através da Comissão Consultiva do Trabalho. Este é um espaço privilegiado onde o diálogo social assume particular importância para a aproximação de posições e de consensos, na busca de soluções dos problemas sócio-laborais, com vista ao aumento contínuo da produção e da produtividade e da melhoria constante das condições de vida. Aos sindicatos tem cabido um papel importante de articulação e

protecção dos interesses dos trabalhadores e de defesa dos interesses nacionais. O exemplo mais recente foi a sua activa participação nas consultas que produziram a proposta da Lei do Trabalho.

O diálogo com o sector privado também se enquadra na consolidação das parcerias internas. Este mecanismo continua a ser o fórum privilegiado no qual se debatem e se formulam propostas para a melhoria do ambiente de investimento de negócios e estímulo da produção e da produtividade. A contínua relevância deste mecanismo para a interacção entre o Governo e o sector privado é testemunhada pelos resultados que tem estado a produzir. Por outro lado, ela é confirmada pela sua longevidade que este ano testemunhou a realização da décima Conferência do Sector Privado.

Ainda no quadro destas parcerias, importa destacar a criação do Fórum Nacional do Mecanismo Africano de Revisão de Pares, em Moçambique. Este fórum tem a grande virtude de envolver diversos segmentos da sociedade moçambicana, entre:

v parlamentares;

v personalidades de reconhecido mérito;

v empresários;

v líderes religiosos;

v académicos;

v trabalhadores;

v camponeses; e

v dirigentes de associações e organizações de diversas camadas sociais e profissionais.

A participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoria do PARPA Dois também se enquadra nas parcerias que estamos a forjar e a consolidar.

A nível local também se consolidam outras parcerias. Os conselhos consultivos distritais e os fora locais estão a assumir-se como parceiros no desenvolvimento local. Acima de tudo, esta parceria está a criar os fundamentos para que as vozes locais, melhor organizadas, tenham um maior protagonismo na definição das prioridades de utilização dos sete milhões de meticais da nova família, de que cada distrito passou a dispor. Esta parceria também se revela fundamental na interacção com as estruturas centrais e provinciais para a identificação dos locais para a implantação de infra-estruturas e serviços que têm o propósito de contribuir para a eliminação de outras manifestações locais da pobreza. Deste modo, os conselhos consultivos distritais e os fora locais, que agregam personalidades cuja integridade é confirmada pela sua indicação popular para representar os interesses da sua comunidade, contribuem para que o desenvolvimento seja mais reflectido, endógeno, sustentável e liderado pelos seus primeiros e últimos beneficiários.

Ainda no âmbito das parcerias, e em resposta à governação participativa e inclusiva, as Autoridades Comunitárias desempenham um papel de relevo na mobilização e enquadramento do nosso Povo na luta contra a pobreza. A pé ou de bicicleta, debaixo da chuva ou do sol, com fardamento ou sem ele, as Autoridades Comunitárias complementam a acção dos órgãos do Estado, a seu nível.

Nesta reflexão sobre parcerias gostaríamos de trazer à atenção de Vossas Excelências, Distintos Deputados, que durante a preparação da quadra festiva temos constatado, com preocupação, a fenómenos de açambarcamento de produtos e a sua subsequente venda, durante a quadra festiva, a preços especulativos. Esta alta de preços afecta também, de forma inexplicável e injustificada, os produtos agro-pecuários, o que no conjunto impede que haja uma celebração condigna, da quadra festiva, por parte do nosso Povo.

A nível do Governo estão sendo desenvolvidas acções com vista a desencorajar estas práticas. Acreditamos que estas acções, com o apoio das Associações Comerciais, dos Consumidores bem como dos cidadãos e dos próprios vendedores, surtirão maiores efeitos.

Ilustres Deputados

Minhas Senhores e Meus Senhores

Na nossa região Austral de África, o processo de integração regional no âmbito da SADC tem estado a registar progressos nos vários domínios da nossa cooperação. A assinatura de acordos de comércio preferencial e de acordos de supressão de vistos tem em vista promover a maior circulação dos nossos cidadãos e impulsionar o comércio intra-regional contribuindo, deste modo, para os desígnios plasmados no Protocolo da SADC sobre Trocas Comerciais.

A nível regional, o processo de integração económica em curso coloca, por sua vez, desafios acrescidos ao nosso sector empresarial. A concorrência a que estarão expostas as empresas nacionais, ao abrigo da implementação do Protocolo da SADC sobre Trocas Comerciais, exige a contínua implementação das medidas em curso para que estas estejam preparadas para assegurar a sua competitividade. No contexto da integração continental estão em curso consultas internas nas instituições de ensino superior, órgãos de comunicação social bem como a nível da sociedade civil sobre o projecto do Governo da União Africana rumo aos Estados Unidos de Africa. Estas consultas têm em vista colher sensibilidades e pontos de vista que nos permitirão formular a posição de Moçambique sobre esta importante matéria.

Distintos Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

As parcerias internacionais têm igualmente um lugar de destaque na

nossa Agenda Nacional de Luta contra a Pobreza. Assim, a nossa acção político-diplomática está virada para o desenvolvimento e aprofundamento dos laços de amizade e de cooperação com os nossos parceiros quer a nível bilateral quer a nível multilateral.

Ao longo deste ano, continuamos empenhados:

- v No aprofundamento dessa parceria;
- v Na continuação da promoção da boa imagem que o nosso Moçambique tem no exterior;
- v Na busca de solidariedade e apoio à implementação do Programa Quinquenal do Governo.

Neste quadro, realizámos visitas ao exterior e recebemos dignitários estrangeiros no nosso solo pátrio. Estes contactos permitiram-nos constatar que Moçambique continua a gozar de grande respeitabilidade, admiração e confiança no concerto das Nações.

- v O programa de apoio directo ao orçamento que no presente agrega 18 parceiros no desenvolvimento contra os 17 de 2005;
- v O acesso à Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida; e
- v Os acordos de assistência aos diversos programas nacionais rubricados, incluindo os de apoio ao cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

traduzem esta manifestação de confiança para com Moçambique, o seu Povo e a sua agenda de desenvolvimento.

Estes são ganhos que temos estado a preservar e a desenvolver em prol da paz, democracia, progresso, justiça social. Gostaríamos de deixar uma palavra de saudação e reconhecimento aos nossos parceiros de cooperação pelo seu apoio e reiterar que esperamos continuar com eles nesta longa mas honrosa caminhada.

Conscientes das nossas responsabilidades na actual conjuntura internacional que se define por uma maior interdependência entre Estados:

- v Temos dado, nos fora internacionais, o nosso contributo na busca de consensos sobre assuntos internacionais; e
- v partilhado a nossa experiência de cultura de paz e de luta contra a pobreza.

A participação das nossas Forças Armadas em operações de manutenção da Paz também reforça a boa imagem do nosso País e mobiliza mais solidariedade para a nossa causa. A disciplina, zelo e sentido de missão destes nossos compatriotas é motivo de orgulho nacional.

Este facto sublinha o papel complementar à diplomacia formal que os nossos compatriotas no exterior desempenham para a promoção da imagem e do bom nome de Moçambique e para o reforço da solidariedade para com a nossa luta contra a pobreza.

Digníssimos Deputados,  
Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A reflexão que acabámos de fazer sobre as questões fundamentais que norteiam os destinos da nossa Pátria Amada e a vida do nosso Povo, demonstra que, apesar dos constrangimentos que fomos destacando ao longo da apresentação do presente informe, podemos afirmar que o Estado da Nação é Bom.

No nosso pronunciamento no contexto da Situação Geral da Nação, apraz-nos encarar o futuro do nosso Moçambique com optimismo. Neste sentido, gostaríamos de deixar expresso o nosso cometimento em continuar as acções que temos vindo a desenvolver na luta contra a pobreza e contra os obstáculos ao nosso desenvolvimento, nomeadamente, o burocratismo, o espírito do deixa andar, a corrupção o crime e as doenças endémicas como: a malária, a tuberculose, o HIV/SIDA e a cólera.

v O distrito continuará a merecer a nossa atenção para continuar a afirmar-se como o pólo de desenvolvimento. A liderança do Administrador Distrital continuará a ser chamada para garantir o sucesso deste objectivo;

v Os conselhos consultivos distritais continuarão a ganhar maior protagonismo neste processo, permitindo o reforço da nossa governação aberta e inclusiva e assegurando maior envolvimento das comunidades locais no processo de tomada de decisão e de controlo da utilização dos recursos disponíveis. Continuaremos a desenvolver acções para garantir que mais responsabilidades, de nível central, passem para as províncias e distritos.

Distintos Deputados,  
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O ano de 2007 será dominado pelas eleições para as Assembleias Provinciais, que se realizam no quadro do reforço da democracia multipartidária no nosso belo Moçambique. A cada um de nós, e a todas as forças políticas nacionais, cabe a responsabilidade de contribuir para assegurar que este processo decorra de forma ordeira, pacífica e exemplar.

Lográmos sucessos neste âmbito no passado. Em preparação do futuro, podemos repetir os sucessos do passado para manter a estabilidade e a paz na nossa Pátria Amada. Como temos todos testemunhado, a paz e a estabilidade são condições fundamentais para continuarmos a lutar contra a pobreza e sermos uma referência e exemplo de um País que soube soerguer-se de um conflito e caminhar firmemente para o desenvolvimento político, económico e social.

O outro grande acontecimento em 2007 será o Terceiro

Recenseamento Geral da População e Habitação. O Censo da População e Habitação é a única fonte fiável que proporciona informação básica sobre a população em termos, por exemplo, de género, idade, escolaridade, situação laboral e condições de habitação. Esta é uma informação de grande relevo para a planificação do desenvolvimento nacional. Como sempre, para o sucesso desta operação contaremos com a participação e a colaboração de todos os moçambicanos, do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo.

Distintos Deputados,

Ilustres convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Antes de terminar, gostaríamos de, no limiar do Novo Ano de 2007, endereçar a Vossas Excelências, Ilustres Deputados e às Vossas Excelentíssimas famílias e, através de vós, ao maravilhoso Povo Moçambicano, sinceros votos de Festas Felizes e de um Ano Novo de Paz, Saúde e Prosperidade.

Reiteramos que a luta contra a pobreza é um desígnio nacional.

O nosso futuro depende daquilo que formos capazes de fazer no presente, com persistência, convicção e determinação.

Reafirmamos que a pobreza tem fragilidades.

Que a pobreza é vencível.

Que cada um de nós faça a sua parte.

Muito obrigado pela vossa atenção!